

Apresentação

Esta edição 30 da Revista Longeviver reúne artigos, resultados parciais dos estudos selecionados no 4º Edital Acadêmico de Pesquisa Envelhecer com Futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais e o Portal do Envelhecimento. O Brasil, como grande parte do mundo, vivencia uma rápida e profunda transformação demográfica: o envelhecimento populacional. Este fenômeno, embora represente uma conquista da humanidade, impõe desafios complexos e multifacetados que exigem respostas estratégicas e baseadas em evidências. Nesse cenário, o fomento contínuo e estruturado à pesquisa emerge como o pilar mais crítico para a geração de conhecimento inovador e adaptado à realidade brasileira sobre o envelhecimento.

A importância desse suporte transcende as fronteiras acadêmicas, impactando diretamente a qualidade de vida e o futuro de milhões de cidadãos. O apoio às pesquisas sobre o envelhecimento no país é um imperativo estratégico que se reverte em avanços científicos, políticas públicas mais eficazes, tecnologias disruptivas, maior bem-estar social e uma economia mais dinâmica. Para que o envelhecimento seja efetivamente reconhecido e celebrado como uma das maiores conquistas da sociedade, é essencial fortalecer e expandir esse fomento, garantindo que o conhecimento gerado contribua para uma nação mais preparada para acolher todas as fases da vida.

Esta edição articula debates jurídicos, sociais, comunitários e culturais. Mostra como a velhice não é um fenômeno único, mas múltiplo e atravessado por gênero, sexualidade, condições de saúde, território e acesso a direitos. O percurso vai desde a análise do papel do Supremo Tribunal Federal na garantia de direitos até experiências comunitárias de cuidado e inclusão intergeracional. Também são explorados os impactos da emergência climática, o letramento digital, a cidade inteligente e a diversidade sexual e de gênero nas velhices. A edição conclui destacando populações historicamente invisibilizadas, como idosos autistas, revelando a urgência de políticas públicas inclusivas.

Confira a edição 30 e sua diversidade de artigos:

O texto ***Repercussão geral: decisões do STF que podem moldar os direitos das pessoas idosas no Brasil*** aborda o instituto da repercussão geral no STF, criado para selecionar recursos que ultrapassem interesses individuais e tenham relevância social, política ou econômica. Esse mecanismo garante uniformidade das decisões judiciais e segurança jurídica. Para a população idosa, ele é crucial, pois define precedentes nacionais sobre direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa. O caso do RE 567.985, que flexibilizou regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), exemplifica esse impacto. A decisão permitiu ampliar o acesso ao benefício para as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Assim, o STF pode tanto fortalecer como limitar direitos, ao

equilibrar princípios constitucionais e questões orçamentárias. A repercussão geral funciona como filtro e instrumento de racionalização do Judiciário. Ela assegura que decisões estruturantes cheguem ao tribunal e tenham efeito vinculante em todo o país. Dessa forma, o STF molda de forma significativa as políticas públicas e a proteção às pessoas idosas.

O artigo ***Letramento Digital de pessoas idosas: uma questão de cidadania e equidade*** reflete sobre a exclusão digital das pessoas idosas em meio ao avanço da digitalização social. O envelhecimento populacional brasileiro aumenta a urgência da inclusão digital para o exercício da cidadania. O letramento digital é entendido como um direito que garante participação segura, crítica e autônoma no ambiente virtual. A falta de habilidades e de acesso a ferramentas tecnológicas reforça desigualdades e limita o usufruto de direitos civis, sociais e políticos. A marginalização digital priva pessoas idosas de serviços essenciais e amplia vulnerabilidades. Políticas públicas de letramento digital são vistas como medidas de equidade, reduzindo barreiras sociais. O letramento digital é indispensável para a inclusão social e para a plena cidadania.

Envelhecer na Emergência Climática: desafios da comunicação de riscos voltada à população idosa analisa a vulnerabilidade da população idosa diante dos impactos das mudanças climáticas. Eventos extremos como enchentes, ondas de calor e deslizamentos afetam desproporcionalmente os mais velhos no país. Fatores como mobilidade reduzida, isolamento social e barreiras de informação ampliam os riscos. Apesar disso, idosos também são reconhecidos como protagonistas da resiliência comunitária. Sua experiência e vínculos sociais fortalecem a resposta coletiva diante das crises. O estudo investigou campanhas de comunicação de riscos de defesas civis em estados com maior população idosa. Constatou-se que esse público ainda é pouco considerado como alvo dessas iniciativas. A inclusão da população idosa é essencial para garantir eficácia na gestão de riscos. O artigo defende uma comunicação acessível, inclusiva e humanizada para promover dignidade no envelhecer.

O artigo ***Soluções e desafios em cidades inteligentes para o envelhecimento ativo*** apresenta resultados de uma revisão sistemática sobre envelhecimento ativo em cidades inteligentes. O envelhecimento populacional impõe desafios ao desenho urbano e às políticas públicas. As cidades inteligentes surgem como alternativa ao integrar tecnologias digitais, mobilidade e participação social. Porém, a literatura mostra fragmentação nas soluções voltadas à pessoa idosa. Muitas iniciativas não conseguem conectar saúde, inclusão digital, sustentabilidade e identidade cultural. Foram analisados 71 estudos publicados entre 2014 e 2024. A maioria revela avanços, mas também lacunas na formulação de estratégias integradas. O texto propõe a criação de frameworks que orientem políticas públicas urbanas. Tais frameworks devem equilibrar inovação tecnológica e preservação social e cultural. O objetivo é construir cidades que favoreçam de fato o envelhecimento ativo, com bem-estar e equidade.

Lésbicas envelhecem? Invisibilização, violências e resistências na intersecção entre idadeismo e lesbofobia reflete sobre o envelhecimento de mulheres lésbicas, experiência marcada pela invisibilidade. Essas trajetórias são atravessadas por idadeismo e lesbofobia, que produzem violências simbólicas e sociais. Muitas viveram amores em segredo devido ao preconceito e à repressão

histórica. O controle social sobre a sexualidade feminina se intensifica na velhice, reforçando estigmas. O corpo envelhecido é desvalorizado e ridicularizado, dificultando a expressão do desejo. Apesar disso, relatos mostram resistência e valorização da vida afetiva e sexual. Pesquisas revelam histórias diversas: mulheres que tiveram filhos, casamentos, adoções ou relações ocultas. A repressão geracional, sobretudo no período da ditadura, deixou marcas de culpa e vergonha. Hoje, muitas relatam que as novas gerações têm mais espaço de reconhecimento. O envelhecimento lésbico desafia normas heterossexuais e amplia a luta por visibilidade e direitos.

O artigo ***Um olhar sobre o processo de envelhecimento de homens cisgêneros gays*** analisa o envelhecimento a partir de determinantes biopsicossociais, culturais e históricos. Destaca que a masculinidade tradicional, associada à virilidade e à negação da vulnerabilidade, dificulta a busca por cuidados em saúde. Homens gays envelhecem sob a pressão estética que valoriza juventude e performance corporal, o que pode acentuar inseguranças. Essa população enfrenta estigmas relacionados à heterocisnormatividade e à LGBT+fobia, somados ao idadismo, que agravam a exclusão social. Estudos apontam maior risco de isolamento, solidão e barreiras no acesso a serviços de saúde inclusivos. A homofobia internalizada e a invisibilidade dessa velhice ampliam vulnerabilidades psicológicas. Apesar de avanços, o campo da Gerontologia LGBT ainda é incipiente no Brasil. O texto defende políticas públicas, metodologias afirmativas e cuidados geriátricos inclusivos para garantir dignidade a esses homens.

Comunidades Compassivas no Brasil: envelhecimento tardio e cuidados discute a abordagem das comunidades no cuidado à população idosa. Baseada em Allan Kellehear, essa proposta valoriza corresponsabilidade coletiva no fim da vida. A ideia das comunidades compassivas se inspira no programa Cidades Saudáveis e nos cuidados paliativos. Diferente do modelo hospitalar, propõe redes comunitárias, familiares e sociais de apoio. A experiência da Favela Compassiva no Rio exemplifica essa prática. Lá, voluntárias idosas, muitas da própria comunidade, atuam em visitas domiciliares. O cuidado é visto de forma interdisciplinar, envolvendo profissionais de saúde e moradores locais. O modelo mostra potencial para reduzir desigualdades no acesso a cuidados. Ele também fortalece laços sociais e solidariedade entre vizinhos e famílias. O artigo avalia obstáculos e oportunidades para expansão dessa abordagem no Brasil.

O texto ***Canções e Gerações: uma experiência de musicoterapia intergeracional em andamento*** apresenta um projeto de musicoterapia intergeracional em desenvolvimento. A proposta utiliza a música para aproximar jovens e idosos em encontros significativos. A prática favorece trocas de saberes, afetos e experiências de vida. Além disso, ajuda a enfrentar o idadismo, reduzindo estereótipos e preconceitos sobre a velhice. A música é vista como ferramenta para fortalecer vínculos comunitários e familiares. Também contribui para a saúde emocional das pessoas idosas. O artigo destaca a relevância formativa para estudantes da área da saúde. Programas intergeracionais, ao valorizar solidariedade e reciprocidade, reduzem isolamento social. A prática musical intergeracional promove inclusão, cuidado humanizado e valorização da velhice.

O cuidado na velhice: interfaces entre a Política Nacional de Cuidados e o SUAS analisa o cuidado à pessoa idosa no contexto da nova Política Nacional de Cuidados. Essa política, sancionada em 2024, busca articular ações de diferentes setores. O Sistema Único de Assistência Social do Brasil é visto como central na efetivação dos direitos ao cuidado. O estudo identifica lacunas entre o que está previsto em lei e a prática. Muitos serviços ainda são fragmentados, insuficientes ou desarticulados. A análise utilizou as cinco dimensões do cuidado: direto, indireto, remunerado, não remunerado e compartilhado. Destaca que o cuidado é essencial à reprodução da vida social, mas pouco valorizado. A maior parte recai sobre mulheres e famílias, de forma invisibilizada e desigual. O artigo propõe maior integração intersetorial e territorial nas políticas públicas. O objetivo é assegurar dignidade, equidade e sustentabilidade no envelhecimento.

Por fim, o artigo **Autismo e envelhecimento: desafios e políticas públicas para uma geração invisível** discute o envelhecimento de pessoas autistas, historicamente invisibilizadas. Muitos adultos e idosos não receberam diagnóstico adequado ao longo da vida. O estereótipo do autista infantil dificultou a identificação de perfis diversos. A exclusão resulta em isolamento social, falta de suporte e sobrecarga familiar. O atendimento em saúde ainda carece de protocolos inclusivos e humanizados. Há exemplos positivos, como hospitais que adaptam ambiente e comunicação. Outro desafio é o mercado de trabalho, marcado por capacitismo e altas taxas de desemprego. Famílias cuidadoras idosas temem pelo futuro de filhos autistas dependentes. O artigo defende políticas públicas inclusivas e continuadas, com base no modelo social da deficiência. A experiência internacional é vista como referência para ampliar direitos e garantir qualidade de vida.

Os textos apresentados convidam o leitor a pensar o envelhecimento como questão de dignidade da vida, cidadania e cuidado coletivo. Leituras que instigam reflexão, diálogo e ação para que possamos construir uma sociedade que valorize todas as formas de envelhecer e Longeviver!

Boa leitura!

Celina Dias Azevedo e Beltrina Côrte (editoras)

Ana Beatriz S. Ferraz (editora assistente)